

Saúde e pedras portuguesas

O GLOBO

22 FEV 1996

MAURO BRANDÃO CARNEIRO

A recente crise nos hospitais da Zona Oeste do Rio faz parte de um enredo dramático, já conhecido e muitas, muitas vezes anunciado. Cansados de denunciar, protestar e exigir mais atenção e melhor remuneração, os profissionais de saúde foram buscando outras alternativas para a sua sobrevivência. A fuga em massa do emprego público, outrora motivo de coíça e disputa, foi deixando os hospitais sem condições de atender à população. Nenhuma providência foi tomada, ao contrário, o Governo deu mostras de completa ignorância sobre o real quantitativo de seus funcionários.

Onde antigamente existiam serviços de excelência, formadores de jovens médicos e dirigidos por colegas de renome, orgulho da medicina brasileira, hoje encontramos o desinteresse e o caos. A quem interessa esse desmonte, do qual são vítimas os médicos e a população? Aos que lucram com a doença, fraudam impunes o sistema de saúde e mamam eternamente nas generosas tetas do Estado. Dinheiro dos nossos impostos.

O Governo é responsável, porque sabe de tudo isso e não toma providências. É ele quem promove e alimenta o desmantelamento do serviço público de saúde.

O Governo estadual, que recebeu terrível herança de seu antecessor, passou o ano de 1995 assistindo impassível ao caos da saúde na Zona Oeste. Pior, não utilizou metade dos recursos destinados à saúde, aplicando-a sabe-se lá em quê, conforme denúncia da médica e deputada federal Jandira Feghali.

E o Governo municipal? Exime-se de responsabilidade alegando que os hospitais não são seus. Ora, o prefeito gaba-se de armazenar mais de R\$ 1 bilhão em caixa. Atormenta toda a cidade com seu

projeto de obras, que julga prioritário. E quanto à saúde? Os "seus" hospitais não andam lá tão tranquilos. Estão sobrecarregados, e os profissionais insatisfeitos com os baixos salários. A evasão de médicos no município também existe, e não é pequena. Mas o alcaide realmente não tem responsabilidade perante a Zona Oeste da cidade?

Conforme estabelecido no texto constitucional, o Sistema Único de Saúde (SUS) é baseado na descentralização, com direção única em cada esfera de governo (art. 198, I). Tal diretriz confere aos municípios uma responsabilidade ímpar nas ações e serviços de saúde, pois constituem a unidade menor no sistema federativo brasileiro. A concepção é justa, pois os governos municipais, por estarem mais próximos da população a ser assistida, podem e devem ser cobrados com mais facilidade por suas omissões ou desleixos administrativos.

O município do Rio não tem, até hoje, uma direção única. Aqui mandam pelos menos três: o Ministério da Saúde, que ainda tem seus hospitais; o secretário estadual de Saúde, absoluto nos hospitais da Zona Oeste; e o secretário municipal que, surpreendentemente, controla o menor número de leitos localizados em seu município. E onde mandam três, ao sabor de interesses políticos e partidários, na verdade não manda nenhum.

A Zona Oeste integra a cidade do Rio de Janeiro, com nada menos que 1,5 milhão de habitantes. Embora não possua hospitais, a Secretaria municipal de Saúde controla dezenas de postos de saúde

naquela região. Funcionam precariamente. Com mais investimentos, poderiam oferecer à população atendimento durante todo o dia e nos fins de semana, diminuindo bastante o fluxo de pacientes com problemas menos complexos, e até com pequenas emergências, para os hospitais.

Outro exemplo é o do Hospital Rocha Faria, em Campo Grande. Ele é apontado como referência para o atendimento às emergências de maior complexidade naquela região. Por que não há iniciativa da Prefeitura em propor sua municipalização imediata? Há inclusive estudos sobre isso. Assumindo-o e investindo para adequá-lo a tal finalidade ajudaria, e muito, a resolver o problema da falta de assistência médica na região. Além disso, seria um passo firme e seguro para que tivéssemos, dentro em breve, um único gestor responsável pela saúde no nosso município.

O que não se admite é o descompromisso. Não basta reclamar da sobrecarga dos hospitais municipais e colocar somente a culpa nos outros. A Prefeitura do Rio não pode continuar agindo como Pôncio Pilatos em relação à saúde na Zona Oeste. Desobrigar-se assim soa como deixar ao relento uma parte da casa quando desaba a tempestade. Salvo melhor juízo, a população do Rio de Janeiro não tem dúvidas de que tais atitudes são muito mais urgentes e necessárias do que mexer com as pedras portuguesas das calçadas de Copacabana.

A PREFEITURA NÃO PODE AGIR COMO PILATOS EM RELAÇÃO À SAÚDE NA ZONA OESTE

MAURO BRANDÃO CARNEIRO é médico e presidente do Cremerj.